

A mística do MST: permanência da matriz católica, pluralismo religioso e o protagonismo das mulheres.

The mystique of the MST: permanence of the catholic matrix, religious pluralism and the role of women.

Valéria Maria Navarro¹

Nanci Stancki da Luz²

Resumo

A Mística do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é analisada como prática ritual situada na intersecção entre a herança do catolicismo popular brasileiro, a Teologia da Libertação e a crescente diversidade ideológica e religiosa do Movimento. A hipótese central deste artigo é que ela opera como mecanismo de coesão simbólica entre sujeitos de origens distintas, funcionando ao mesmo tempo como memória viva da matriz fundadora católica e como espaço aberto à pluralidade de sentidos. O artigo reconstrói as raízes católico-populares do MST, forjadas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e pela Teologia da Libertação, identificando na estrutura litúrgica da Mística a herança dessa tradição. Destaca, ainda, o papel das mulheres como protagonistas na elaboração e transmissão das práticas místicas e examina as tensões produzidas em um Movimento que hoje congrega trabalhadores rurais católicos, ativistas laicos, feministas e jovens universitários de formação agnóstica ou ateuista.

Palavras-chave: MST; Mística Política; Ritual; Teologia da Libertação; Mulheres; Reforma Agrária.

¹Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia e Sociedade (PPGTE) - UTFPR - navarrovals@hotmail.com

²Professora do PPGTE - UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - nancist@terra.com.br

Abstract

The Mystique of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) is analyzed as a ritual practice situated at the intersection of Brazilian popular Catholicism, Liberation Theology, and the growing ideological and religious diversity of the Movement. The central hypothesis is that it operates as a mechanism of symbolic cohesion among subjects of distinct backgrounds, serving both as a living memory of the Catholic founding matrix and as a space open to a plurality of meanings. The article reconstructs the Catholic-popular roots of the MST, forged through the Basic Ecclesial Communities (CEBs), the Pastoral Land Commission (CPT), and Liberation Theology, identifying in the liturgical structure of the Mystique the memory of this founding heritage. It also highlights the role of women as protagonists in the elaboration and transmission of mystical practices, and examines the tensions produced within a Movement that today brings together Catholic rural workers, secular activists, feminists, and university students with agnostic or atheist backgrounds.

Keywords: MST; Political Mystique; Ritual; Liberation Theology; Women; Agrarian Reform.

1. Introdução: a Mística como prática coletiva e espaço simbólico

“A questão não é se Deus existe ou não. A questão é se a terra está nas mãos de quem nela trabalha.” (João Pedro Stédile, entrevista a João Peres, *Le Monde Diplomatique Brasil*, ago. 2003, p. 8)

Há algo nos rituais de abertura dos eventos do MST que pode desconcertar um observador desavisado. Antes de qualquer pauta ou deliberação, o coletivo se dispõe em torno de imagens de ícones históricos, bandeiras, objetos da terra e canções que mesclam o profético e o político, o lamento e a determinação. Em assentamentos do Paraná e de São Paulo, em acampamentos no Pará e no Rio Grande do Sul, no interior da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Guararema, o mesmo gesto inaugural une os presentes: a Mística. Quem participa pela primeira vez tende a enxergá-la como ornamento emotivo que antecede o que realmente importa. Com o tempo, percebe-se que ela não antecede, ela é parte integrante. De Durkheim (2008) a Victor Turner (1969), os gestos rituais de abertura de atividades coletivas são documentados em diferentes culturas e períodos históricos. Esses gestos renovam laços de pertencimento, convocam a memória coletiva e recarregam a disposição

para a ação. A novidade do MST não está na existência da Mística, mas na forma específica que ela assume como herdeira do catolicismo popular brasileiro e da Teologia da Libertação.

O presente artigo tem por objetivo analisar a Mística do MST como artefato ritual e mecanismo de coesão simbólica, situando-a na tradição do catolicismo popular brasileiro, mediado pela Teologia da Libertação e pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A hipótese central é que ela opera como revitalização simbólica de uma herança fundadora que persiste, tensionada, mas não dissolvida pela diversidade religiosa e ideológica que o Movimento incorporou nas últimas décadas. Do ponto de vista teórico, o artigo mobiliza a perspectiva gramsciana de construção de hegemonia pela via cultural e simbólica (Gramsci, 2004); a noção de tática como arte de operar no território do outro, de De Certeau (1994); a pedagogia do oprimido de Paulo Freire (1987); e a teoria dos rituais liminares de Turner (1969).

Metodologicamente, o artigo combina pesquisa bibliográfica de caráter histórico interpretativo com observação participante realizada entre março de 2023 e maio de 2026. O trabalho de campo contemplou atividades do MST no estado do Paraná, distribuídas entre encontros de formação política - incluindo o “Curso de Realidade Brasileira” e de “Teoria da Organização Popular e Contra-hegemonia na América Latina”, ambos em parceria com o Departamento de Direito da Universidade Federal do Paraná; palestras de formação oferecidas pelo coletivo Marmitas da Terra no Cefuria Curitiba; atividades diversas das Jornadas de Agroecologia dos anos de 2023, 2024 e 2025; e momentos de convivência na Escola Latino Americana de Agroecologia (ELAA), no Assentamento Contestado (Lapa/PR), com observação das práticas cotidianas. A seleção das atividades obedeceu a dois critérios: diversidade tipológica dos eventos (formação, deliberação, mobilização), de modo a captar variações na forma como a Mística é realizada em contextos distintos; e acessibilidade garantida por intermédio da coordenação regional do MST no Paraná.

Os registros foram feitos em diário de campo, com anotações descritivas e reflexivas produzidas imediatamente após cada atividade. A análise dos dados seguiu procedimento de categorização temática indutiva, conferindo os materiais de campo com a bibliografia a respeito da Mística, ritual e movimentos sociais. Os aspectos éticos foram observados, não sendo coletados dados de identificação pessoal, nomes eventualmente mencionados nas notas de campo foram suprimidos ou substituídos por referências genéricas de função (coordenadora regional, militante jovem, etc.). Os limites da observação, concentrada no Sul

do país e em período específico de conjuntura são reconhecidos na seção de considerações finais.

2. As raízes católicas do MST e a herança da Teologia da Libertação

A palavra religião deriva, segundo uma das etimologias mais difundidas, do latim *religare*, religar, restabelecer o laço rompido entre os seres humanos e aquilo que os transcende. Seja essa dimensão chamada de Deus, de Cosmos, de História ou de Povo, a função que ela cumpre na vida coletiva é o que importa para a análise. Na formulação de Eliade (1992), o sagrado constitui uma ruptura qualitativa na experiência ordinária do mundo, pois ele brota em determinados objetos, gestos e espaços, tornando-os qualitativamente distintos do profano. Durkheim (2008) demonstrou que essa separação não é sobrenatural, mas social, é aquilo que uma comunidade separa do vulgar e ao qual atribui intensidade afetiva especial. Turner (1969) avançou ao identificar a *communitas*, a experiência de fusão que os rituais produzem ao suspender hierarquias cotidianas. Os militantes que participam de uma Mística de abertura experimentam, em graus variáveis, essa mesma experiência de pertencimento coletivo.

Compreender o MST exige compreender uma Igreja, não a Igreja do Vaticano ou das concordatas com o Estado, mas a Igreja que, nas décadas de 1960 e 1970, decidiu fazer uma opção preferencial pelos pobres. O Concílio Vaticano II (1962-1965), por meio de sua Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* (1965), abriu caminho para a teologia do engajamento social. Na América Latina, as Conferências Episcopais de Medellín (CELAM, 1968) e de Puebla (CELAM, 1979) aprofundaram essa virada, formulando explicitamente a opção preferencial pelos pobres e reconhecendo as estruturas de pecado presentes nas desigualdades socioeconômicas (CELAM, 1968; CELAM, 1979). Dessas conferências emergiu a Teologia da Libertação, cujos maiores expoentes foram Gustavo Gutiérrez, no Peru (Gutiérrez, 1975), e Leonardo Boff, no Brasil. A pobreza não era vista como destino ou virtude, mas como violação da dignidade humana e da vontade divina, um problema estrutural que exigia transformação concreta.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), surgidas no Brasil na segunda metade dos anos 1960, reuniam moradores de bairros periféricos e comunidades rurais para a leitura coletiva e politizada da Bíblia. Frei Betto (1981) descreveu o método das CEBs como ver (análise da realidade), julgar (leitura bíblica da situação) e agir (compromisso concreto). A

Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975 pela CNBB e pelo bispo Dom Pedro Casaldáliga, foi interlocutora direta dos trabalhadores sem-terra que dariam origem ao MST (CPT, 2000). Os primeiros acampamentos organizados com apoio direto da CPT, a Encruzilhada Natalino (RS, 1981) e os de Nonoai e Ronda Alta, foram documentados tanto por Fernandes (2000) quanto por Stédile e Fernandes (1999), que descrevem a logística de apoio pastoral como fator decisivo na resistência das famílias às pressões para reintegração de posse.

O congresso fundador do MST, em Cascavel (PR), em 1984, reuniu delegados oriundos majoritariamente das CEBs e das pastorais sociais. Sua linguagem era, ao mesmo tempo, bíblica e política: a terra como dádiva divina mal distribuída por homens injustos, e a ocupação como resgate de um direito sagrado usurpado. A Mística que o MST desenvolveria nos anos seguintes carrega essa genética fundadora. Ela é uma liturgia que guarda a memória de missas camponesas celebradas à beira de rodovias e de leituras bíblicas à luz de lampião.

A herança católica também trouxe ao MST a riquíssima cultura popular religiosa brasileira, com suas músicas de viola e sanfona, suas romarias e procissões, seus benditos e folias. Essa cultura popular é o substrato estético sobre o qual a Mística do Movimento foi construída, e é a razão pela qual ela produz identificação imediata entre trabalhadores e trabalhadoras rurais. A partir de Caldart (2004) é possível identificar na estrutura da Mística três movimentos que dialogam com os tempos da liturgia cristã: anamnese (memória dos que lutaram e morreram), epiclese (convocação da força coletiva para a ação presente) e escatologia (projeção do horizonte de transformação a ser construído). Essa correspondência estrutural entre liturgia e Mística reflete a formação religiosa da primeira geração de militantes e a consciência dos fundadores de que a forma ritual deveria ser reconhecível para uma base majoritariamente católica.

Além das influências cristãs, a Mística do MST dialoga com outras matrizes religiosas presentes na sociedade brasileira, incluindo elementos das religiões afro-brasileiras, da religiosidade popular e de tradições indígenas. Essa pluralidade amplia as possibilidades de construção simbólica do Movimento e favorece o reconhecimento da diversidade cultural dos sujeitos que compõem a luta pela terra (Bogo, 2010). O catolicismo popular brasileiro é, em sua essência, marcado pelo pluralismo de fontes. Ao longo de séculos, incorporou elementos africanos e indígenas em suas devoções, festas e práticas cotidianas; processo amplamente documentado por estudiosos das religiões no Brasil, como Bastide (1960) e Prandi (2004).

Essa pluralidade histórica de influências constitui o substrato cultural no qual a Teologia da Libertação se desenvolveu e a partir do qual o MST elaborou sua linguagem simbólica.

3. O protagonismo das mulheres na Mística do MST

Nesse cenário de rica herança simbólica e religiosa, as mulheres desempenham papel central na elaboração, condução e transmissão das práticas místicas do MST. Esmeraldo (2013), a partir de pesquisa com mulheres assentadas no Nordeste, documenta que elas são majoritariamente responsáveis pela organização de celebrações, encenações, cantos, poesias e rituais que articulam elementos da luta social com referências espirituais e culturais. A participação feminina na Mística não se restringe a funções organizativas, mas envolve a produção de significados que fortalecem os vínculos comunitários e reafirmam a identidade dos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A presença das mulheres na Mística pode ser compreendida a partir da valorização do cuidado, da coletividade e da reprodução social da vida. A partir das reflexões de Federici (2017) sobre reprodução social e acumulação primitiva, é possível compreender historicamente como as mulheres foram sistematicamente encarregadas da reprodução dos laços comunitários nos contextos de expropriação e resistência camponesa, padrão que se repete no MST, onde as observações de campo realizadas entre 2023 e 2026 indicam que a coordenação das Místicas em encontros de formação e assembleias regionais no Paraná é predominantemente conduzida por mulheres, especialmente as com mais tempo de Movimento. Esse padrão foi verificado de forma consistente ao longo do período observado, embora os limites da observação concentrada no Sul do país não permitam sua generalização. As mulheres também atuam como mediadoras entre diferentes saberes e tradições, incorporando cantos, símbolos, narrativas ancestrais e práticas de resistência cultural às atividades coletivas, assegurando a transmissão intergeracional dos valores fundadores.

Nas últimas décadas, a ampliação da participação feminina provocou transformações na própria Mística. As pautas relacionadas à igualdade de gênero, ao combate à violência contra as mulheres e ao reconhecimento do trabalho feminino passaram a integrar os momentos místicos, evidenciando que a luta pela reforma agrária está articulada à construção de relações sociais mais igualitárias. Deere (2004) argumenta que a disputa por espaço simbólico no interior do MST acompanha a trajetória mais ampla do feminismo nos movimentos populares brasileiros, marcada pela tensão entre a agenda classista e as

reivindicações de gênero. O Setor de Gênero do MST tem disputado espaço na Mística para novos referenciais simbólicos: Dandara dos Palmares ao lado de Zumbi, Rosa Luxemburgo ao lado de Che Guevara. Figuras que ampliam o horizonte histórico do Movimento e afirmam que a memória dos que lutaram inclui, necessariamente, as mulheres.

4. A diversidade dos militantes: pluralismo religioso e ideológico

O MST não é e nunca foi uma organização religiosa, embora tenha nascido em colo eclesial. Desde seu congresso fundador, definiu-se como organização política de classe, não como movimento confessional. Ao longo das décadas seguintes, a composição da militância se diversificou consideravelmente em relação ao núcleo fundador de origem católica. Jovens universitários com formação nas ciências sociais, ativistas do movimento estudantil, trabalhadores de regiões Norte e Centro-Oeste com composição religiosa mais diversificada, incluindo evangélicos pentecostais, praticantes de religiões de matriz africana e populações indígenas passaram a integrar o Movimento em número crescente (Stédile; Fernandes, 1999).

O resultado é que o MST de hoje congrega, sob o mesmo projeto político, o camponês nordestino religioso e o militante universitário que considera a religião uma forma de alienação; a mulher sem terra que acende vela pedindo força na luta e a jovem feminista que leu Simone de Beauvoir e faz da laicidade uma questão de princípio; o ancião que aprendeu a ler pelo método Paulo Freire nas CEBs e o estudante de filosofia que chegou ao assentamento por convicção racionalista. Essa diversidade é, ao mesmo tempo, riqueza e desafio.

A diversidade do Movimento não se restringe às dimensões religiosa e ideológica. A presença crescente de militantes com identidades de gênero e orientações sexuais dissidentes coloca novos desafios à Mística, historicamente forjada em uma matriz católica que carrega, em sua herança, normas heterossexuais e binárias de gênero. O Setor de Gênero e o coletivo de mulheres do MST têm disputado internamente a abertura da linguagem simbólica dos rituais a essas subjetividades, em um processo de tensão produtiva que ainda está em curso. Essa dimensão, contudo, ultrapassa os limites empíricos desta pesquisa e aponta para uma agenda investigativa futura que mereceria tratamento específico.

A história do pensamento político moderno registra leituras distintas a respeito do papel da religião nos processos de transformação social. Há quem veja na religiosidade popular um obstáculo à consciência crítica, e há quem, como Gramsci (2004), reconheça na cultura popular, incluindo a religiosidade, um terreno de resistência que contém, ao lado de

elementos conformistas, uma percepção prática da injustiça e uma aspiração difusa à igualdade. Para o MST, foi essa segunda leitura que prevaleceu na prática. O intelectual orgânico do Movimento não destruiu a religiosidade popular, mas trabalhou dentro dela, elevando seus elementos progressistas.

5. A reforma agrária como denominador comum e a Mística como espaço de encontro

A centralidade da luta pela terra é o eixo organizador de toda a vida do Movimento, o ponto de referência em torno do qual diferentes visões de mundo se encontram. A terra é, no MST, o equivalente funcional do sagrado no sentido proposto por Durkheim (2008): aquilo que uma comunidade separa do profano e investe de intensidade afetiva especial. Para o militante de tradição católica libertacionista, a reforma agrária é parte da construção de um mundo mais justo, em consonância com a promessa bíblica do Êxodo: uma terra onde emana leite e mel, e com a doutrina social da Igreja, que desde Leão XIII (*Rerum Novarum*, 1891) afirma a destinação universal dos bens e a ilegitimidade moral do latifúndio improdutivo. Para o militante de formação crítica e laica, a mesma reforma encontra justificativa na razão e na evidência: a concentração fundiária é produtivamente ineficiente, como demonstram os dados do Censo Agropecuário 2017, segundo os quais a agricultura familiar, com apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários, respondia por 23% do valor bruto da produção e por 67% do pessoal ocupado no campo (IBGE, 2019), e distributivamente injusta.

Para as mulheres camponesas, a reforma agrária é condição de autonomia. A concentração fundiária e a divisão sexual do trabalho agrícola impõem uma dupla carga às trabalhadoras rurais, que em geral têm menos acesso à terra titulada, à renda e às decisões coletivas. A luta pela terra é, portanto, inseparável da luta pela igualdade de gênero no campo. Para as tradições indígenas e quilombolas, a terra não é propriedade nem recurso, é território, espaço de vida, de relação com os ancestrais e com as forças que sustentam a existência. Fernandes (2012) mostrou que a luta do MST, além de luta pela propriedade da terra, é uma luta pela reconstituição de um modo de vida que o agronegócio destrói.

A Mística opera, assim, como interface simbólica capaz de acomodar leituras distintas sem dissolvê-las em uma homogeneidade artificial. Como observa De Certeau (1994), as táticas dos grupos subalternos consistem em fazer uso de espaços e linguagens que não foram criados para eles, reorientando-os a partir de seus próprios interesses e significados. A Mística acomoda, na mesma prática, sentidos que não precisam ser idênticos para serem partilhados.

O militante de tradição católica reconhece nela uma extensão natural de sua liturgia; o militante laico, uma cerimônia cívica de afirmação de valores; aquele de matriz afrobrasileira, uma convocação dos ancestrais que também lutaram pela terra; a militante feminista, um espaço de afirmação do protagonismo histórico das mulheres. Esses sentidos coexistem sem que nenhum deles precise cancelar os demais, fazendo da Mística um instrumento efetivo de coesão para uma organização internamente diversa. Como aponta o CEPIS (2012, p. 47), a Mística pergunta apenas: “Você está aqui? Você está disposto a lutar? Você reconhece os que vieram antes de você?”

6. Tensões, riscos e possibilidades

A herança católica do MST constitui fonte de tensões que se tornaram mais visíveis à medida que o Movimento cresceu e diversificou sua base militante. O MST de 2025 não é apenas o MST dos trabalhadores rurais de origem católica do Sul do Brasil que o fundaram em 1984. É também o MST das mulheres que descobriram o feminismo em seus grupos de base, dos jovens formados em universidades públicas com tradição laica, dos militantes de origem religiosa diversa.

O Movimento precisa administrar o risco de alienação dos militantes laicos e agnósticos, cujo pertencimento simbólico pode ser fragilizado quando a linguagem religiosa se impõe como código dominante; o risco de reprodução de hierarquias de gênero inscritas na herança eclesial, contra o qual o Setor de Gênero tem produzido crítica interna significativa, disputando espaços na Mística para referenciais como Dandara dos Palmares e Rosa Luxemburgo; e o risco do voluntarismo místico, ilustrado historicamente pelos movimentos de Canudos e do Contestado, que ocorre quando a intensidade ritual substitui a clareza estratégica. O MST aprendeu, na prática, que a Mística abre os encontros, mas os encontros têm pauta, análise de conjuntura e debate das estratégias.

O desafio que se coloca ao Movimento é o de preservar a qualidade de coexistência sem deixar que a herança católica se converta em barreira para os militantes que não reconhecem a linguagem religiosa como própria. Isso exige pedagogia, reflexão interna e, sobretudo, a disposição de reconhecer que a diversidade da base religiosa, ideológica e de gênero é uma riqueza que o Movimento não pode desperdiçar.

7. Considerações Finais

Este artigo analisou a Mística do MST como mecanismo de coesão simbólica em contexto de pluralismo ideológico e religioso, percorrendo suas raízes católico-populares, as tensões produzidas pela incorporação de militantes laicos e o protagonismo das mulheres na elaboração e transmissão dessas práticas. O percurso mobilizou referenciais da antropologia do ritual, da teoria política e da sociologia da religião.

A Mística do MST é herdeira do catolicismo popular brasileiro, mediado pela Teologia da Libertação e pela memória das CEBs. É essa mediação que lhe confere eficácia simbólica junto à base militante e, ao mesmo tempo, produz tensões que o Movimento precisa enfrentar com transparência. As mulheres ocupam nesse processo um papel que a pesquisa de campo e a literatura consultada indicam como insubstituível: Esmeraldo (2013) e Deere (2004) convergem ao mostrar que são elas as principais responsáveis pela elaboração e condução dos rituais, sujeitas ativas da disputa por uma Mística que inclua suas histórias, suas lutas e seus referenciais simbólicos.

A centralidade da luta pela terra é precisamente o que permite que sujeitos tão distintos como o camponês católico, a jovem feminista laica, o militante universitário agnóstico e a liderança indígena se reconheçam em uma mesma prática ritual. Para o católico libertacionista, a reforma agrária é parte da construção de um mundo mais justo. Para o militante laico, é a superação de uma injustiça distributiva evidente. Para a feminista materialista, é condição para a autonomia das mulheres camponesas. Para o camponês que nunca elaborou teoricamente sua posição, é simplesmente a terra que seu pai não teve e que quer deixar para os filhos.

A Mística do MST permanece em transformação, incorporando novos símbolos e respondendo às demandas das mulheres, dos jovens e das populações indígenas e quilombolas. Os limites desta pesquisa são reconhecidos: a observação participante foi concentrada na Região Sul do país, em período específico de conjuntura, o que não permite generalizações para contextos regionais muito distintos. Pesquisas futuras poderão investigar como militantes de distintas formações religiosas e ideológicas interpretam e vivenciam a Mística em contextos variados, e como as plataformas digitais afetam a percepção da Mística presencial entre as gerações mais jovens. Como formulou o CEPIS (2012, p. 47): “o fermento só serve quando incorporado à massa.” A Mística do MST, com suas tensões, sua herança e sua capacidade de reinvenção, é esse fermento.

Referências

- BASTIDE, Roger. As religiões africanas no Brasil: contribuição a uma sociologia das interpenetrações de civilizações. São Paulo: Pioneira/EDUSP, 1960.
- BETTO, Frei. O que é comunidade eclesial de base. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- BOFF, Leonardo; BOFF, Clodovis. Como fazer teologia da libertação. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BOGO, Ademar. Identidade e luta de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- CALDART, Roseli S. Pedagogia do Movimento Sem Terra. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano. Conclusões da Conferência de Medellín: a Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio. Petrópolis: Vozes, 1968.
- CELAM - Conselho Episcopal Latino-Americano. Conclusões da Conferência de Puebla: a evangelização no presente e no futuro da América Latina. São Paulo: Paulinas, 1979.
- CEPIS - Centro de Educação Popular do Instituto Sedes Sapientiae. A Luta Popular. São Paulo: CEPIS, 2012.
- CONCÍLIO VATICANO II. Gaudium et Spes: Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo de hoje. Roma: Vaticano, 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_const_1965_1207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 02 junho 2026.
- CPT - Comissão Pastoral da Terra. Conflitos no campo: Brasil 2000. Goiânia: CPT Nacional, 2000.
- DE CERTEAU, Michel. A invenção do cotidiano: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.
- DURKHEIM, Émile. As formas elementares da vida religiosa. São Paulo: Paulus, 2008.
- ELIADE, Mircea. O sagrado e o profano: a essência das religiões. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

ESMERALDO, Gema Galgani S. L. Mulheres, movimentos sociais e construção de identidades coletivas. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). Gênero e geração em contextos rurais. Florianópolis: Mulheres, 2013.

FEDERICI, Sílvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A formação do MST no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M. Território camponês. In: CALDART, R. S. et al. (org.). Dicionário da Educação do Campo. São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 746-756.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 2.

GUTIÉRREZ, Gustavo. Teologia da libertação: perspectivas. Petrópolis: Vozes, 1975.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

LEÃO XIII. Rerum Novarum. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. Vaticano, 1891.

PRANDI, Reginaldo. O Brasil com axé: candomblé e umbanda no mercado religioso. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, n. 52, p. 223-238, 2004.

STÉDILE, João Pedro. A questão da terra e do trabalho no Brasil. Entrevista a João Peres. Le Monde Diplomatique Brasil, São Paulo, ago. 2003, p. 8.

STÉDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TURNER, Vitor. The Ritual Process: Structure and Anti-Structure. New York: Aldine de Gruyter, 1969.